

FAE

CENTRO UNIVERSITÁRIO

MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

LUÍS HENRIQUE DA SILVA MACHADO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS: A RELAÇÃO ENTRE A
CONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL, CAPITAL HUMANO E
FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CURITIBA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUÍS HENRIQUE DA SILVA MACHADO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS: A RELAÇÃO ENTRE A
CONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL, CAPITAL HUMANO E
FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre, do
Programa de Mestrado Acadêmico em
Organizações e Desenvolvimento, FAE Centro
Universitário.**

Orientador: Prof. Dr. Osmar Ponchirolli

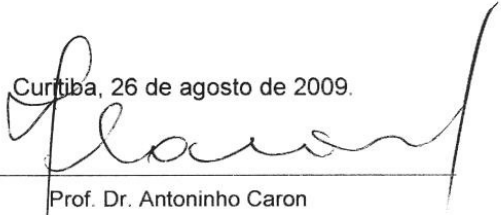
**CURITIBA
NOVEMBRO 2009**

LUÍS HENRIQUE DA SILVA MACHADO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS: A RELAÇÃO ENTRE A
CONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL, CAPITAL HUMANO E
FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

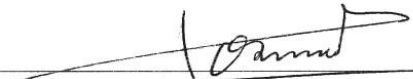
Esta dissertação foi julgada adequada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Organizações e Desenvolvimento pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário.

Curitiba, 26 de agosto de 2009.

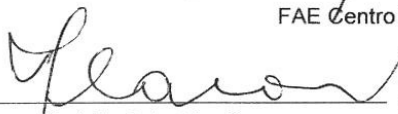


Prof. Dr. Antoninho Caron
Coordenador do Curso


Banca Examinadora:




Prof. Dr. Osmar Ponchiroli
Orientador
FAE Centro Universitário



Prof. Dr. Antoninho Caron
Examinador Interno
FAE Centro Universitário



Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva
Examinador Externo
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP



Prof. Dr. Lafaiete Santos Neves
Suplente
FAE Centro Universitário

*À Jesus, o Cristo do Altíssimo,
minha Torre de Vigília.*

Agradecimentos

A YHWH, por tudo. Qualquer outra palavra não expressa os meus mais profundos agradecimentos.

À Barbara, Minha Amada! Seu amor, cuidado, paciência, e incentivo foram vitais nesse processo de crescimento. A você meu Anjo, meu tudo!

À minha mãe Bernadeth e meus irmãos Sandro e Nádia, pela paciência nos meus “momentos de desaparecimento” e pela força nos momentos difíceis.

Ao professor José Edmilson pela abertura, paciência e dedicação na orientação de meus primeiros passos na “Vida acadêmica”.

Às professoras Ana Maria e Lucia pela paciência e suporte diante das minhas inseguranças.

Aos professores e colegas do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da Turma de 2007 da FAE, pelos não tão amigáveis debates acerca do conhecimento e sobretudo, pelos risos! Esses foram fundamentais!

E, por fim, ao meu orientador Professor Osmar Ponchirolli pela paciência ao me orientar, mesmo em face às minhas falhas.

*“Educa a criança no caminho em que deve andar;
e até quando envelhecer não se desviará dele”.*

(Provérbios 22:6)

RESUMO

MACHADO, Luis Henrique da Silva. **A construção social dos indivíduos: a relação entre a construção da responsabilidade individual, capital humano e formação do capital social**. 2009. 58p. Dissertação de Mestrado (Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba, 2009.

Com intuito de somar na tarefa da causa social, muito se fala em responsabilidade social das organizações. Neste momento histórico, programas de voluntariado estão em moda e o foco nas ações que enfatizam o coletivo ganham destaque em relação às ações com ênfase individualistas. Essas ações, cujos valores se relacionam com hábitos de cooperação, preferem o coletivo ao individual. Isso mostra características que foram construídas nos indivíduos sócio-históricamente. Essa construção cultural, demonstra a responsabilidade pessoal que foi construída socio-historicamente nos indivíduos. Com isso, esses atores sociais percebem a necessidade em investirem em seu Capital Humano. Esse acúmulo de Capital Humano, os capacita para que percebam as necessidades emergentes. Essa valorização do coletivo em detrimento do individual assim como os mecanismos associativos é, entre outras, características do Capital Social. O referencial teórico traz os conceitos relacionados com a Responsabilidade Individual, o Capital Humano e o Capital Social.

Palavras-chave: responsabilidade individual; capital humano; capital social.

ABSTRACT

MACHADO, Luis Henrique da Silva. **The social construction of individuals: the relation of the construction of individual responsibility, human capital and social capital.** 2009. 58p. Dissertação de Mestrado (Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba, 2009.

In order to add to the social cause, much has been said about corporate social responsibility. At this time, volunteer programs are in fashion and the focus on actions that emphasize the collective gain prominence in relation to actions focused on individualism. These actions, whose values are related to habits of cooperation, prefer the collective to the individual. It shows features that were built on individuals socio-historically. This cultural construction, demonstrates the personal responsibility that was built socio-historically in the individuals. Thus, these social actors realize the need to invest in their Human Capital. This accumulation of Human Capital, enables them to understand the emerging needs. This appreciation of the collective over the individual as well as the associative mechanisms is, among other characteristics, a part of the Social Capital. The theoretical framework provides the concepts related to Individual Responsibility, Human Capital and Social Capital.

Key words: individual responsibility; human capital; social capital.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - ORIGEM DA AÇÃO RESPONSÁVEL.....	46
TABELA 02 - DEMOSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL	47
TABELA 03 - RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E CAPITAL HUMANO	47
TABELA 04 - PERCEPÇÃO DE INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO	48
TABELA 05 - O CAPITAL HUMANO E AS PROMOÇÕES PROFISSIONAIS	48
TABELA 06 - RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E CAPITAL HUMANO	49
TABELA 07 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL.....	49
TABELA 08 - INFLUÊNCIA DO CAPITAL HUMANO NA CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	50
TABELA 09 - RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL, CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE	15
2.1.1	A Socialização Primária	20
2.1.2	A Socialização Secundária	21
2.2	O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE	25
2.3	O CAPITAL HUMANO	32
2.4	O CAPITAL SOCIAL	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.1	PROCESSO E COLETA DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	42
3.1.1	Caracterização da Amostra	43
3.1.2	Caracterização do Questionário Semiestruturado	44
4	ANÁLISE DOS DADOS	46
4.1	ANÁLISE DOS DADOS EM RELAÇÃO AO QUESTIONÁRIO E À FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	56

1 INTRODUÇÃO

Em nossos dias, muito se fala sobre responsabilidade, especialmente aquela relacionada ao coletivo, que tem suas origens em empresas privadas e públicas, associações, ONGs, igrejas entre outras. Essas organizações, através de ações conhecidas como responsabilidade social corporativa ou organizacional, mostram os resultados de suas ações em favor do social, do bem coletivo, como resposta às reivindicações de alguns setores da sociedade que começam a perceber a relação entre a impotência do Estado e o lucro das organizações.

Com a participação de organizações privadas em assuntos públicos, alguns dos termos usados nas empresas, passam a ser ouvidos com mais frequência no cotidiano dos cidadãos por meio do rádio, da TV entre outros. Expressões como Responsabilidade dos Indivíduos e Responsabilidade Social, Capital Humano e Capital Social, embora pouco conhecidos em termos conceituais pelo cidadão comum, estão cada vez mais em voga.

Na tentativa de responder a esses apelos, algumas organizações promovem parcerias com Escolas e Universidades e com isso, têm investido em programas sociais que visam atingir seus arredores, desenvolvendo assim, vários programas comunitários, incentivando assim, e entre outras ações, programas de voluntariado.

Os cidadãos que se envolvem nesses programas, possuem uma história que os ligam, de algum modo, a tais atividades. São, entre outras coisas, resultado de uma construção bio-psico-histórico-social. Esses indivíduos são produtos desse meio, com interações características e hábitos criados e cultivados, cuja transmissão se deu e se dá por mecanismos culturais, como a religião, a tradição local ou hábitos familiares. Nesse ambiente, junto a um conjunto de valores reproduzidos, outros são incorporados e amalgamados. Por meios da reprodução de práticas educacionais de uma determinada sociedade, esses valores são transmitidos aos indivíduos na infância e incorporados aos seus valores e assim, vão permear e influenciar suas ações ao longo de suas vidas.

Como tais valores fizeram parte da construção bio-psico-histórico-social dos indivíduos, eles passam a fazer parte do Ser deles. Dentre as possibilidades de construção de valores, se estes tiverem relação com a cooperação, por exemplo,

devido à sua relação histórica com a cooperação, naturalmente estes indivíduos procurarão, se associarão, se relacionarão com programas relacionados à cooperação, quer sejam em organizações públicas ou privadas.

De acordo com o resultado bio-psico-histórico-social, algumas características, então, são construídas nos indivíduos e se relacionam com a capacidade que os indivíduos têm de perceber necessidades emergentes. Essa habilidade de perceber necessidades externas, também é construída por meios de os mesmos mecanismos de construção bio-psico-histórico-social.

Essas características da construção de valores nos indivíduos, relacionam-se ainda, com a capacidade de perceber a necessidade de desenvolvimento humano individual, quer sejam culturais, formais ou relacionadas a treinamentos profissionais.

Sabe-se que, nos indivíduos melhores treinados e preparados, a percepção de necessidades passa a ser mais frequente e refinada. A partir daí então, iniciam-se ciclos de percepção e melhoria constantes em favor do coletivo.

A percepção da necessidade da valorização e participação do/no coletivo em detrimento do/no individual, assim como seus mecanismos associativos relaciona-se com a educação cívica que relaciona-se profundamente com a construção do Capital Social.

Para que se entenda o Capital Social minimamente e sua importância para a construção de programas de responsabilidade social corporativa, necessitou-se, para este trabalho, a compreensão de sua descrição elaborada por alguns dos estudiosos contemporâneos, tais como Bourdieu, Putnam e Franco.

A compreensão das relações referentes ao volume de Capital Social que uma organização possui, depende de sua rede de relações e sua capacidade de mobilizar elementos agregadores, sejam indivíduos ou organizações, além de sua capacidade de mobilizar certo volume de capital econômico, cultural ou simbólico. De modo complementar, indivíduos de um determinado grupo social podem ter acesso a outros grupos ou níveis sociais de acordo com o acesso privilegiado a informações, mercados e culturas.

Como o Capital Social se relaciona com comportamento cívico, tem seu foco no coletivo, se relaciona também com a capacidade que as pessoas têm de viver em

comunidade e de interagir socialmente de modo que se crie e se mantenha ambientes propícios para a manifestação de um *ethos* da comunidade. Este *ethos* deve ser entendido como uma massa homogênea, formada pelo reconhecimento mútuo, pela confiança, pela reciprocidade e pela ajuda mútua além de ações de solidariedade e a cooperação.

Essa massa homogênea torna-se a base para a construção de valores naturalmente aceitos como universais por todos os membros de um grupo, as relações e organizações sistematizadas destes valores com uma maneira própria de resolução de conflitos são os fundamentos para que se possa gerar e/ou para ampliar o Capital Social, ou seja, sua formação é de fato social, é construída por todos e não apenas por uma relação pessoal/interpessoal.

A partir dessa concepção, pessoas treinadas para a produção de Capital Social, frequentemente envolvem-se em programas/projetos onde o bem coletivo é considerado o bem mais importante. Estes programas podem ser os programas de responsabilidade social corporativa, programa de voluntariado em igrejas e clubes e outros.

Mas quem participa desses programas? Como se constitui sócio-historicamente tais cidadãos? Diante dessas perguntas, dois pontos fundamentais na formação do Capital Social ainda permanecem obscuros. O primeiro, se refere à formação da responsabilidade dos indivíduos que chamam para si a questão do coletivo e o segundo se refere a esta responsabilidade na formação do capital humano e sua relação com o Capital Social.

Por tudo isso, justifica-se um estudo que dê tratamento especial à questão da construção do capital social por meio de ações de responsabilidade dos indivíduos na construção de seu capital humano. Certamente contribuirá para o desenvolvimento sustentável e melhor para maior qualidade de vida dos programas de responsabilidade social nas organizações.

O tema que compõe o objeto de estudo relaciona-se com a construção social dos indivíduos e sua relação com a construção de sua Responsabilidade, de seu Capital Humano e conseqüente formação do Capital Social.

O problema que move esta pesquisa é a busca de resposta para a seguinte pergunta: qual a relação existente entre a responsabilidade individual na construção de seu capital humano com finalidade de construção do capital social?

O objetivo geral é caracterizar a construção da responsabilidade individual na construção do capital humano nos indivíduos e sua relação com a construção do capital social a partir da concepção do Princípio Responsabilidade descrita por Hans Jonas.

Os objetivos específicos são:

- Descrever a Construção Social da Realidade dos Indivíduos;
- Descrever o Princípio Responsabilidade;
- Caracterizar a Construção do Capital Humano;
- Relacionar o Capital Humano com o Capital Social;

A hipótese é que o Capital Social se constrói a partir da construção do Capital Humano que tem em sua base a construção e vivência da Responsabilidade Individual.

Para desenvolver essas questões, o trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro trata de como a realidade se constrói socialmente, do modo como os seres humanos percebem essa construção. No segundo capítulo, desenvolve-se o princípio responsabilidade. O terceiro caracteriza a construção do capital humano. No quarto, relaciona-se o Capital Humano e o Capital Social.

Em seguida, a apresentação dos Procedimentos Metodológicos e posteriormente, o resultado e a análise dos dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do Capital Social tem em sua base a cultura, a formação humana. Essa formação relaciona-se com o resultado de uma construção sócio-histórica de indivíduos que priorizam, encontram maior sentido e valor nas ações voltadas ao coletivo. Suas histórias revelam suas construções individuais, que tiveram em suas origens, hábitos criados e cultivados ao longo de sua existência, cuja reprodução de valores se deu por meios de mecanismos culturais, como a religião, a tradição local ou hábitos familiares. Junto a isso, um conjunto de valores é reproduzido e outros incorporados e amalgamados. Por meios de práticas educacionais de um determinado grupo social, esses valores são transmitidos aos indivíduos desde a infância e incorporados aos seus valores que passam a influenciar suas ações ao longo de suas vidas.

Para que se entenda o resultado sócio-histórico de tal construção para a formação humana, se fazem necessárias, algumas descrições do processo de construção da realidade social que permeia os indivíduos desde sua gênese e suas relações.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

De acordo com Berger e Luckmann (1973) as maneiras de tornar-se e ser humano são tão numerosas quantas são as possibilidades de criação de ambientes humanos, que são definidos sócio-historicamente e que a “forma específica em que essa humanização se molda é determinada por essas formações socioculturais, sendo relativa às suas numerosas variações” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p.72). Os indivíduos desenvolvem-se e relacionam-se com o seu ambiente, que é ao mesmo tempo natural e humano, pela abertura para o mundo. Nesse relacionamento, o homem desenvolve-se biologicamente quando já se acha em relação com seu ambiente (BERGER; LUCKMANN, 1973). Então o desenvolvimento biológico, a formação do eu humano e o processo social ocorrem ao mesmo tempo e conseqüentemente, os indivíduos produzem um ambiente humano, no qual suas formações socioculturais e psicológicas são expostas. Assim, um indivíduo isolado não consegue produzir um ambiente humano, pois “a humanidade específica do

homem e a sua socialidade estão inextricavelmente entrelaçadas” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p.75).

Para os autores, todo o agir humano está sujeito ao hábito e esse é formado a partir de ações frequentemente repetidas. Tal repetição molda um padrão que pode ser reproduzido e apreendido pelo executante (BERGER; LUCKMANN, 1973).

Pierre Bourdieu (1989) corrobora com tal afirmação por meio do conceito de *habitus*. Segundo ele, através do *habitus*, o sujeito incorpora valores que o faz pertencer a uma classe social específica e ocupar uma determinada posição dentro da estrutura social. Os indivíduos, então agem como integrantes de uma classe muitas vezes sem ter consciência de que a sua ação os vincula à tal posição social. Para Bourdieu, o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que levam os indivíduos a agir de determinada maneira em uma determinada circunstância.

Segundo Bourdieu, as disposições não são mecânicas, nem determinísticas... elas são flexíveis e podem ser fortes ou fracas. Elas refletem o condicionamento, como uma capacidade natural de aprender/desenvolver capacidades arbitrárias que são apreendidas pela interiorização das estruturas sociais. Como tais estruturas estão permeadas de historicidade, os indivíduos não as percebem em sua existência, fundindo-se elas então, em suas ações rotineiras. Isso permite com que os indivíduos ajam sem pensar no que e como estão agindo em uma determinada circunstância (BOURDIEU, 2001). O resultado de uma ação aprendida/desenvolvida por indivíduos da qual eles já não têm mais consciência de sua prática, se expressa por meio de uma atitude “natural” de conduzirem-se por um determinado meio.

De acordo com Bourdieu, o *habitus* denota um estado de espírito durável e transferível, que trabalha como gerador e organizador de ações e de imagens associadas a uma classe particular de condições de existência. O *habitus* gera uma lógica que não se reduz à razão teórica, pois é adquirido mediante a interação social e, conjuntamente/conseqüentemente a classifica e a organiza. É condicionante e condicionador das ações individuais, visto que constrói o modo com que os indivíduos percebem, valorizam e emitem juízo sobre o mundo e ainda, adéqua-se ao seu agir. Tem em sua constituição o *ethos* – valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana. É um conjunto sistematizado de disposições morais, de princípios práticos, que se compõem fundamentalmente pelo

héis – princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida – e pelo *eidos* – um modo de pensar específico; apreensão intelectual da realidade, base de uma construção da realidade cujos fundamentos se encontram fixados em uma crença no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos (BOURDIEU, 2001).

De maneira complementar, Thiry-Cherques (2006, p.34) afirma que em Bourdieu, o *habitus*:

é infraconsciente. É como uma segunda natureza, parcialmente autônoma, já que histórica e presa ao meio. Isto quer dizer que ele nos permite agir em um meio dado sem cálculo ou controle consciente. O *habitus* não supõe a visada dos fins. É princípio de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção [...]. É adquirido por aprendizagem explícita ou implícita, e funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias que podem ser objetivamente conformes aos interesses dos seus autores, sem terem sido concebidas com tal fim [...]. Ele contém em si o conhecimento e o reconhecimento das /regras do jogo/ em um campo determinado. O *habitus* funciona como esquema de ação, de percepção, de reflexão. Presente no corpo (gestos, posturas) e na mente (formas de ver, de classificar) da coletividade inscrita em um campo, automatiza as escolhas e as ações em um campo dado, “economiza” o cálculo e a reflexão. O *habitus* é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências. Uma espécie de programa, no sentido da informática, que todos nós carregamos. O *habitus* é relativamente autônomo: encontra-se entre o inconsciente-condicionado e o intencional-calculado. Não é destino: preserva uma margem de liberdade ao agente, não, certamente, a liberdade do sujeito sartriano, mas a liberdade conferida pelas regras dominantes no campo em que se insere. Ele contém as potencialidades objetivas, associadas à trajetória da existência social dos indivíduos, que tendem a se atualizar, isto é, são reversíveis e podem ser aprendidas.

As ações habituais, então, mantêm seu significado para o indivíduo executante e é incorporada em seu acervo geral de conhecimento. Segundo (BERGER; LUCKMANN, 1973), o hábito também traz certo benefício psicológico aos indivíduos, visto que os poupa de situações de *stress*, construídas a partir das várias possibilidades de escolha numa dada circunstância. A prática inconsciente do hábito, então reduz essas opções a uma única e faz com que os indivíduos se abram para a deliberação e a inovação.

O processo de formação do hábito relaciona-se com a institucionalização. Esta ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por todos os indivíduos de um determinado grupo social. As tipificações são sempre partilhadas e acessíveis a todos os indivíduos de uma sociedade ou organização e

implicam a historicidade e controle, não podendo ser criadas instantaneamente visto que são produtos sócio-históricos. Para entendê-las com maior clareza, deve-se entender os processos históricos por meios dos quais, elas forma construídas.

Por controlarem a conduta humana, as instituições estabelecem padrões de comportamento previamente definidos, que as direcionam a um único caminho dentre os outros vários caminhos possíveis. Nesse processo, os indivíduos procuram ajustar os significados das instituições à sua história. Esse conhecimento aprendido e apreendido ao longo da história de cada indivíduo, programa seus caminhos, suas ações e produzem um mundo objetivo, interiorizado como sendo verdade e, como tal é reproduzido nas gerações seguintes.

A mais de esse reconhecimento de um padrão normativo aceito pela maioria dos membros de uma sociedade incorporar-se às experiências dos indivíduos, estes adquirem por meios dele, papéis sociais. Ao desempenhar tais papéis, os indivíduos tornam-se atores de um mundo social, o qual se torna subjetivo para eles.

Para se aprender um papel social, as ações habituais não são o bastante. Segundo os autores, o indivíduo deve ser também “iniciado nas várias camadas cognoscitivas, e mesmo afetivas, do corpo de conhecimento que é diretamente e indiretamente adequado a este papel” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p.107).

Os fatos que os indivíduos compreendem como naturais, que fazem parte da rotina dos indivíduos, são na verdade fatos sociais e ligam-se à percepção subjetiva dos indivíduos por meio de uma construção de sentido na medida em que tal sentido constrói um mundo coerente ao seu redor. Esse mundo coerente passa a ser o campo de ação dos indivíduos criando-se assim uma realidade. Essa realidade é então imposta aos indivíduos por meio das ações e interações rotineiras, ou seja, o dia-a-dia é o responsável pela construção e imposição dessa realidade aos homens.

Essa realidade, imposta e repetidamente observada, faz com que os indivíduos deem atenção, diacronicamente, ao seu entorno e, os fatos sociais são então observados com maiores detalhes. A consequência dessa observação faz com que os indivíduos fiquem permeados, saturados e sedados por esta realidade local até o ponto de não conseguirem mais reter coisa alguma. Consequentemente, os fatos sociais ocorridos nessa realidade passam a ser normais, ou naturais.

É com essa percepção sócio-histórica que a realidade é dada aos indivíduos e que é por isso mesmo que os habitantes de um determinado local não se chocam com algumas ações ou eventos sociais que chocariam outros habitantes de outra sociedade. A realidade se apresenta então como fenômenos que acontecem independentemente da vontade dos indivíduos, e que se relacionam com eles naturalmente. Os Indivíduos não podem determinar que tais fatos não existam ou não ocorram.

Assim se dá o processo de construção da atitude natural dos indivíduos em face das situações encontradas ao longo de suas vidas. Enquanto tais indivíduos não alterarem seu comportamento, os diferentes graus de tensão social não serão percebidos por eles, pois sempre tenderão a ver as coisas sob a mesma ótica. Desse modo, a realidade dos indivíduos é construída por meios de suas percepções da vida cotidiana, do seu aqui e agora.

Berger e Luckmann (1973), afirmam que os indivíduos nascem predispostos para a sociabilização e para tornarem-se membros de uma sociedade. Para isso, são submetidos a uma sequencia temporal que se inicia no momento em que os indivíduos apreendem ou interpretam acontecimentos objetivos como tendo sentido para eles, independentemente da existência de uma compreensão do/sobre o fato. O processo de interiorização das relações humanas depende da congruência completa entre dois indivíduos minimamente, e de seu conhecimento recíproco assim como da significação. Afirmam que “[...] a interiorização constitui a base primeira da compreensão de nossos semelhantes e em segundo lugar, a apreensão do mundo com uma realidade social dotada de sentido” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p.174).

Se nos indivíduos forem construídas relações de modo percebam e se identifiquem com “o outro”, então surgirão laços emocionais. Esses laços são os responsáveis pela criação de caminhos de acesso, pela construção de pontes, que os ligam aos outros, gerando cada vez mais e maior congruência, reciprocidade e significação. Para os autores, as relações humanas só acontecem quando os indivíduos absorvem os papéis e as atitudes significativas dos outros e que, quando interiorizados, tornam-se seus. Com essa identificação, o indivíduo cria uma identidade objetiva e subjetiva de si mesmo, colocando-se em um ou em outro conjunto identitário.

2.1.1 A Socialização Primária

Para Berger e Luckmann (1973), os indivíduos não nascem membros de uma sociedade e sim com a predisposição para a sociabilização. Esse processo é experimentado pelos indivíduos na infância e é composto de três momentos: a interiorização, a objetivação e a exteriorização. Esses momentos não ocorrem de forma temporal.

A interiorização é o processo inicial no qual os indivíduos apreendem ou interpretam um acontecimento objetivo, subjetivamente. Essas manifestações subjetivas dos outros são dotadas de sentido e acessíveis e por isso, tornam-se subjetivamente significativas, independentemente da compreensão delas.

Essa interiorização constitui a primeira base da compreensão do outro e a apreensão do mundo como realidade social que faz sentido aos indivíduos. Com isso, eles passam a ler o mundo que os cerca e, esse mundo, passa também a ser o seu mundo. O Eu e o Outro passam então a compartilhar e definir as situações, reciprocamente. Com essa reciprocidade, estabelece-se um vínculo de motivações que é mais um agente de identificação mútua.

Todos os indivíduos nascem em uma estrutura social objetiva na qual se encontram os Outros Significativos, que são os responsáveis pela sua sociabilização. Os Outros Significativos definem e mediam o mundo que é apresentado aos indivíduos como realidade objetiva, pois escolhem os aspectos desse mundo de acordo com a sua localização na estrutura social.

Esse processo é caracterizado por circunstâncias permeadas por emoção. Os indivíduos se identificam emocionalmente com os Outros Significativos, pois a “interiorização só se realiza quando há identificação” porque absorvem “os papéis e as atitudes dos Outros Significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus” (BECKER; LUCKMANN, 1973, p.176). Esse processo acontece a cada vez em que um indivíduo se identifica com os Outros Significativos. Os indivíduos não somente absorvem os papéis e atitudes dos Outros Significativos, mas assumem ainda o mundo deles. A identidade, para Berger e Luckmann, (1973) é definida de modo objetivo como sendo a localização num certo mundo e que só pode ser apropriada de modo subjetivo juntamente com esse mundo e que Recber uma identidade, implica na atribuição de um lugar determinado no mundo.

A socialização primária cria então, uma “abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral” (BECKER; LUCKMANN, 1973, p.178).

Exemplificam:

na interiorização das normas há uma progressão que vai da expressão “mamãe está zangada comigo agora” a esta outra “mamãe fica zangada comigo toda vez que eu derramo sopa”. Desde que mais outras pessoas significativas (pai, avó, irmã mais velha etc) apóiam a atitude negativa da mãe com relação ao ato de derramar sopa, a generalidade da norma é estendida subjetivamente. O passo decisivo ocorre quando a criança reconhece que todos são contra o fato de entornar a sopa, e a norma generaliza-se tomando-se a expressão “Não se deve derramar a sopa”, sendo o “se” parte de uma generalidade que inclui, em princípio, toda a sociedade, na medida em que é significativa para a criança”. Esta abstração dos papéis e atitudes dos outros significativos concretos é chamada o outro generalizado. Sua formação na consciência significa que o indivíduo identifica-se agora não somente com os outros concretos, mas com uma generalidade de outros, isto é, com uma sociedade. Somente em virtude desta identificação sua identificação consigo mesmo alcança estabilidade e continuidade. O indivíduo tem agora não somente uma identidade em face deste ou daquele outro significativo, mas uma identidade em geral, subjetivamente apreendida como constante, não importando que outros, significativos ou não, sejam encontrados (BERGER; LUCKMANN, 1973, p.178).

Assim, para Berger e Luckmann (1973) a aquisição da consciência do outro generalizado é a fase decisiva que marca a socialização, é neste momento que se torna um membro efetivo da sociedade, possui subjetivamente uma personalidade e um mundo.

2.1.2 A Socialização Secundária

Segundo Berger e Luckmann (1973), o processo de interiorização dos submundos institucionais é chamado de socialização secundária, cujo caráter e extensão são determinados complexamente de acordo com a divisão do trabalho e a distribuição social do conhecimento. Relaciona-se com o conhecimento de funções específicas, diretas ou indiretas, na divisão do trabalho, cujos portadores são institucionalmente definidos. Nela, o contexto institucional é geralmente percebido pelos indivíduos.

Essa socialização é frequentemente acompanhada de símbolos rituais ou materiais e também está relacionada com a interiorização de campos semânticos específicos, pois constrói a diferenciação entre vocábulos usados para significar

algo. Segundo Berger e Luckmann (1973), esses campos semânticos estruturam, as interpretações e condutas de rotina em uma área institucional, ou seja, constroem os conjuntos simbólicos de imagens e alegorias tendo em sua base instrumental a linguagem, que é interiorizada de acordo com a frequência de seu uso. Quanto mais vocábulos e expressões são usados e relacionados a determinados conjuntos, mais cristalizados eles se tornam e maior se torna a capacidade de compreensão que os indivíduos têm em relação a determinados assuntos.

Esse processo de interiorização acarreta a identificação subjetiva com a sua função e suas normas. Caso surja a necessidade, esses conjuntos de significação darão sustentação para a compreensão de determinados assuntos.

O que caracteriza a socialização secundária é a dependência do “status do corpo de conhecimento em questão no interior do universo simbólico em totalidade” Berger e Luckmann (1973, p.186). Porque a personalidade dos indivíduos já está formada ao final da socialização primária, para que se estabeleça e haja coerência na socialização secundária, a pressuposição de procedimentos conceituais para a integração de diferentes corpos de conhecimento se faz necessária.

A sequência de aprendizado para a socialização secundária é estabelecida de acordo com as instituições para reforçar o prestígio das funções em questão ou para a satisfação de outros tipos de interesses ideológicos. Isso faz com que a socialização secundária dispense a identificação significativa da socialização primária e baste-se com a identificação mútua incluída em qualquer comunicação entre seres humanos.

Esse aprendizado deve ser reforçado nos indivíduos, por técnicas pedagógicas específicas, que variam de acordo com o interesse e motivação deles para a aquisição desse novo conhecimento. Esse deve ser transformado em conhecimento vivo, importante e interessante a eles (BECKER; LUCKMANN, 1973).

Quanto mais esse conhecimento for subjetivamente contínuo e coerente com os elementos originais – os da socialização primária – mais facilmente vai adquirir tom de realidade. Se a realidade doméstica for continuada nos indivíduos, no período da socialização secundária, o aprendizado prossegue – embora seja muito mais suscetível a deslocamentos que o aprendizado adquirido na socialização primária.

As rupturas de continuidade constituem uma ameaça ao processo de socialização secundária, pois o presente deve ser interpretado de forma a manter uma relação contínua com o passado e, a partir disso, surge a tendência de minimização das transformações que realmente ocorreram.

Conforme o que foi visto até aqui, todo o agir humano sujeita-se ao hábito que é formado a partir da repetição de ações. Essa repetição forma um padrão de comportamento que vai ser reproduzido e apreendido pelo executante.

Essas ações rotineiras continuam tendo significado para o indivíduo executante e é incorporada em seu ser e reduz o número de opções a uma única opção e os abre para a deliberação e a inovação. Sua formação relaciona-se com a institucionalização, que ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por todos os indivíduos. As tipificações são acessíveis a todos os indivíduos de uma sociedade e relaciona-se com a história de cada um e para sua compreensão, deve-se entender os processos históricos que as criaram.

Como as instituições estabelecem padrões de comportamento, elas direcionam o único caminho dentre os outros. Nesse processo, os indivíduos procuram ajustar os significados à sua história. Esse conhecimento adquirido ao longo da história programa os caminhos e produzem um mundo objetivo que é reproduzido nas gerações seguintes.

Além dessa incorporação às experiências dos indivíduos, as instituições adquirem papéis sociais que os tornam atores de um mundo social e ainda devem ser também manter relações afetivas direta e indiretamente adequadas ao papel social.

O processo de interiorização, então, é que vai ser responsável pela compreensão do outro e a apreensão do mundo como realidade social. Esse processo faz sentido aos indivíduos e faz também com que eles interpretem o mundo que os cerca, que passa ser o seu próprio mundo. Os atores envolvidos nessas ações compartilham e definem as situações, reciprocamente. Aqui vínculos de motivações, que é mais um agente de identificação mútua, se estabelecem.

Quando os Outros Significativos definem e mediam os valores apresentados nesse mundo imediato, esses são apresentados aos indivíduos como realidade

objetiva. Esses aspectos são escolhidos de acordo com a localização na estrutura social e seus próprios valores reproduzidos em contexto sócio-familiar.

Na medida em que um determinado valor sócio-familiar for construído nesses indivíduos sob tais condições, tais valores estarão cristalizados em suas ações rotineiras. Quando os mesmos valores constroem responsabilidade, ela passa a ser praticada pelos indivíduos que a possuem.

Para Rizo-Patrón (1997), a responsabilidade surge quando o Eu subjetivo/passivo se transforma em Eu objetivo/ativo e toma o centro racional, assume posição teórica e práticas para a tomada de decisões, elaboração de pensamentos e planejamento de ações e com isso, assume todos os atos como emanados “responsavelmente” desse novo Eu.

Rizo-Patrón (1997) explica que a responsabilidade está intimamente ligada a um “assumir o controle”, tanto das unidades da vida instintiva como a tomada de posição teórica, práticas e valores, geradores de sentido e validade, o que caracteriza todos os sujeitos racionais.

Depois de terem passado por esse processo de interiorização que é responsável pela apreensão do mundo que os cerca, os indivíduos percebem o ambiente ao seu redor.

Para Thiry-Cherques (2003), a educação e a facilidade de acesso às informações fizeram crescer o juízo social sobre as organizações o “complexo motor da atividade humana, com seu lixo, vulnerabilidade e desregramento” (THIRY-CHERQUES, 2003, p.32). Foram esses então, segundo o autor, os fatores que disparam o alarme da responsabilidade.

De acordo com tudo que se viu até aqui, é somente quando os indivíduos tomam consciência da necessidade de ação e agem e que se tornam responsáveis.

Esse modo de agir torna-se um princípio de ação. Este princípio faz com que os indivíduos responsáveis desenvolvam percepção do que acontece ao seu redor e desenvolvam também um compromisso, primeiramente com eles próprios e depois com o grupo ao seu redor (WATERMAN ,1981).

Hans Jonas corrobora com a afirmação de que a responsabilidade se torna um princípio. Jonas descreve e avalia de modo crítico a Ciência Moderna, mais

precisamente o desenvolvimento da Tecnologia e a relação entre o ser humano, a tecnologia e a Natureza.

Para isso, cria um princípio para substituir os antigos imperativos éticos, entre os quais o imperativo kantiano que se constitui no parâmetro exemplar: "Age de tal maneira que o princípio de tua ação transforme-se numa lei universal" (JONAS, 2002, p.47).

Jonas (2002, p.47) propõe um novo imperativo: "Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica" ou formulada negativamente "não ponhas em perigo a continuidade indefinida da humanidade na Terra".

2.2 O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE

Para Jonas (2002), os riscos do desenvolvimento tecnológico global e seu uso inadequado, colocou a natureza numa posição de manipulada e por isso, de ser alterada radicalmente. Assim, o homem passou a manter com a natureza uma relação de responsabilidade, pois ela se encontra sob seu poder. Por isso, a ética tradicional não supre mais as necessidades humanas dos dias atuais nem suprirá a dos dias futuros devido à mudanças no agir humano. Afirma que a prática da ética atual "iter-relaciona" três pontos: 1) a condição humana; 2) as coisas que são boas para os homens e 3) o alcance da ação humana. Diz que a partir daí a responsabilidade do homem se define de forma mais rigorosa. Porque o agir humano já não é mais natural, uma nova imposição ética se faz necessária. Para Jonas, a tecnologia é que afeta a natureza do agir humano, e questiona os limites da influência do modo dominante do agir humano tornar-se algo diferente de tudo o que já existiu no homem – em termos de comportamento.

Para Hans Jonas, a cidade trouxe certo desequilíbrio entre o homem e a natureza, logo essa relação foi re-equilibrada, visto que a cidade destinava-se a cercar-se e não a expandir-se, e que qualquer ação humana ocorreria então em seu interior... mas a grande alteração foi a civilização como a conhecemos, pois viola a natureza e submete a tudo/todos ao senhorio do homem.

Jonas entende que isso acontece para que o homem mostre para si mesmo que “não é pequeno” e se submete cada vez mais às suas experiências que dão suporte à sua arrogância.

De acordo com as novas dimensões da responsabilidade proposta por Jonas, a moldura da ética antiga não consegue mais enquadrá-la porque não basta aos indivíduos simplesmente a advertência para que se respeitem as leis. A ética tradicional de amor ao próximo ainda funciona somente nas esferas menores da vida cotidiana e, diante do fazer coletivo, as ações e interações da vida do dia-a-dia ficam diminuídas, gerando assim a necessidade de uma nova responsabilidade.

Para Jonas, “ enquanto o destino do homem depende da natureza, a principal razão que torna o interesse na manutenção da natureza um interesse moral, ainda se mantém a orientação antropocêntrica de toda ética clássica” (JONAS, 2002, p.40).

Se o homem considerar o que vai além do seu próprio interesse, sua obrigação se estenderia para “mais além”, uma natureza extra-humana. Tal consideração impõe exigência moral e alterações nos fundamentos da ética e a ampliação dos “fins em si”.

Jonas coloca que a natureza foi modificada como consequência de sua *techne* desenvolvida. Essa tornou-se um fim em si mesma e que, a eterna superação dos seus limites, é a vocação maior dos homens. Como a técnica assumiu um lugar central na vida humana, a ética também deve ocupar o espaço central da técnica. A criação cumulativa da técnica reforça, por efeito retro-ativo, os poderes especiais por ela produzidos: aquilo que já foi feito exige os mesmos poderes para se manter e se desenvolver e com isso, traz um aumento de suas ambições. Isso realimenta um dos lados da natureza humana (às custas dos outros) e também reforça positivamente sua ação, saciando sua necessidade funcional de recompensa (JONAS, 2002).

Esse homem não é um indivíduo e sim um ator coletivo no mundo que deve levar em conta o futuro para demonstrar sua responsabilidade, visto que suas obras criaram um novo tipo de natureza – a liberdade humana defronta-se com um sentido inteiramente novo, onde o mundo significava a renovação da totalidade imperecível.

Questões que nunca foram motivo para legislação, passam agora a ser para que exista um “mundo futuro”.

Para que haja responsabilidade é preciso existir um sujeito consciente. Ocorre que o imperativo tecnológico elimina a consciência o sujeito e a sua liberdade em proveito de um determinismo. A hiperespecialização das ciências mutila e desloca a noção de homem.

Jonas começa descrever a responsabilidade a partir da questão do DEVER e do SER. Ao formular o seu imperativo de responsabilidade, o autor pensa menos no perigo da destruição física do homem, mas sim na sua morte essencial, aquela que advém da des-construção e a aleatória reconstrução tecnológica do homem e do meio ambiente.

Afirma que o “bem pelo bem”, dever ser realizado. Isso significa que “um bem” ou “um valor” que existe por si só e não como resultado de desejo, necessidade ou escolha, torna-se um dever condicionado à uma vontade que o assuma e o realize em sua exigência.

Um imperativo pode ter sua origem na dominação ou em “uma demanda imanente daquilo que é bom por si mesmo, que dever realizar-se” (JONAS, 2002, p.149). Afirma que tudo isso pertence ao SER.

Continua o autor e propõe a condição, o Imperativo de Jonas (JONAS, 2002, p.149): se a natureza tem objetivos, então atingi-los é um bem e seu fracasso é um mal. Com essa análise, imputa-se o valor e com este, a discussão da existência da finalidade e sua motivação primeira – esta deve ser sua força geradora – talvez do prazer em sua realização por meio da pulsão, do instinto ou vontade. Logo, o objetivo exerce poder sobre o querer, pois o dever é vencido pela finalidade. Percebe-se então, a existência de um dever no bem auto-avaliado que encontre guarida numa vontade, ou seja, toda vez que a vontade de realizar algo que tem suas origens nesse bem ocorrer – bem este que existe por si só –, essa vontade torna-se então um dever de sua realização. Seu conteúdo demonstra a superioridade da finalidade sobre a falta desta.

Para Hans Jonas (2002), a procura de finalidade relaciona-se com a auto-afirmação fundamental do SER e ainda que a primeira coisa que podemos aprender de/sobre um SER, é que este se encontra envolvido com/em algo, o SER mostra na

finalidade a sua razão de ser. Por isso, cada finalidade só pode realizar-se às custas de outras. A finalidade reivindica sua realização porque é o primeiro dos bens e sempre busca a sua própria satisfação – a autopreservação não necessita de nenhuma ordem, nem de nenhum conhecimento, além da satisfação a ela associada.

Todos os seres sensíveis e movidos por um impulso são finalidades da natureza e finalidade em si mesmo, eles são seus próprios fins. Jonas afirma que essa finalidade da natureza está amalgamada com a vida e adquire força obrigatória devido à liberdade lúcida do homem.

Essa liberdade diz respeito às escolhas que este faz de modo racional, maduro, não levando em conta somente os benefícios de suas escolhas, mas também a amargura das escolhas mais certas de acordo com a responsabilidade pela manutenção da vida, independentemente de essa decisão trazer prazer ou não para um indivíduo ou um pequeno grupo deles. Jonas indica que essa amargura para um pequeno grupo pode ser a felicidade para muitos outros grupos, que a resposta a esse imperativo, relaciona-se com altruísmo. Portanto os indivíduos deveriam escolher, lucidamente a vida presente para que exista uma vida futura. A transição do querer para o dever constitui o ponto crítico da teoria da moral (JONAS, 2002, p.152).

Segundo Jonas, todo dever aparentemente auto-imposto, não passa de um disfarce da vontade, sendo a sedução uma isca mais eficaz do que aquela do prazer banal. Como conseqüência, o valor e o bem passam a obedecer não uma voz de comando, mas sim a força das causas (JONAS, 2002). Logo o Bem é algo que independe de nosso desejo e opinião, tem a dignidade de uma coisa em si; e o Valor está ligado à questão do “para quem” e “quanto”. Este tem sua origem na esfera das trocas e das avaliações. Está intimamente ligado ao querer e ao quanto se quer investir e nunca a um dever. Então, “algo” somente se torna finalidade de/para um indivíduo quando esse “algo” representa valor para este indivíduo, porque sua natureza precisa desse “algo” que já se estabeleceu como valioso antes mesmo de qualquer escolha ter sido tomada (JONAS, 2002). Logo, toda a finalidade que um “eu” se imponha se torna valor, pois considera valer a pena perseguí-la e com isso, renuncia automaticamente àquelas que não são compatíveis com tal fim. O valor de troca aqui é o prazer obtido pelo recebimento da recompensa (JONAS, 2002).

De acordo com Jonas, somente o fundamento no SER é que nos permite enfrentar a vontade. O bem deseja tornar-se um fim pois “se a vontade não se submete a essa exigência, o sentimento de culpa expressa esse sentimento: tornamo-nos devedores do bem” (JONAS, 2002, p.156). Por isso, ressalta que fazer o bem beneficia o agente independentemente do resultado dessa ação, e que o mistério da moral é que o “eu” deve esquecer-se de si mesmo em proveito da causa, de modo que permita que um “eu” superior apareça (um bem-em-si).

Um “eu” só se encara realmente de frente se o ponto relevante for a causa e não o “eu mesmo”: o “eu” nunca pode ser a causa e o objeto do ato, ele será apenas a oportunidade para tal. O homem bom é aquele que fez o bem em virtude do próprio bem, que é a causa do mundo. A moral jamais pode ser considerada como um fim e sim o conteúdo da ação... não é a lei moral que motiva sua ação, mas o “apelo do bem em si” no mundo que confronta a vontade e obediência de um “eu” em relação à lei moral. Ir de encontro àquele apelo, é exatamente o que a lei moral ordena: obedecer ao apelo de “todos os bens” que dependem da ação do direito de ação de um “eu” (JONAS, 2002).

Segundo Jonas, para que “algo” influencie a vontade humana, deve existir a capacidade de ser influenciado por este “algo” e nosso lado emocional deve ter participação nesse processo, pois faz parte da natureza humana que o intelecto encontre guarida nos sentimentos. Isso é o sentimento de responsabilidade.

A causa é o fundamento psicológico da capacidade de influenciar a vontade. Isso permite que a ação seja determinada pela causa.

Jonas afirma que “se não fôssemos receptivos ao apelo do dever em termos emotivos, mesmo a demonstração mais rigorosa e racionalmente impecável da sua correção seria impotente para produzir uma força motivadora” (JONAS, 2002, p.157). Esse mecanismo acaba por justificar as ações, que em muitos casos inclinam-se naturalmente aos desejos “do coração do indivíduo” que “coincidentalmente” se enquadra nas exigências da lei moral. Para Jonas, os sentimentos são os pontos cardeais da moral e, por conseguinte, o princípio normativo deveria ter seu apelo dirigido àqueles mais sensíveis a eles; não haveria um “você deve” se não houvesse “alguém” ouvindo tal chamado, ou ainda alguém que não estivesse buscando ouvir tal voz (JONAS, 2002).

Por isso, para Jonas, os homens são seres morais potenciais porque possuem a capacidade de serem afetados e também por isso mesmo, podem ser imorais – ou “surdos” por natureza – não podem ser morais ou imorais). Para Jonas, o que realmente vale quanto ao Imperativo Moral é a dependência da condição subjetiva. O abismo entre as questões abstratas e a motivação concreta, só pode ser vencido pela ponte do sentimento, que é o único que pode influenciar a vontade. No que concerne a questão racional, esta é insuficiente e não pode efetivar-se a menos que encontre uma sensibilidade para a sua espécie. Os sentimentos são inspirados por um objetivo que representa um valor supremo, chamado por Hans Jonas de “bem supremo” e declara que o objetivo da ética é apropriar-se dele e fazer com os outros também o façam.

A responsabilidade é então apossada pela alteridade nos/dos indivíduos sem que haja nenhum sentimento de apropriação. Isso os torna disponíveis para dedicarem-se à algo de modo livre, sem a pretensão de apropriação. Este seria, segundo Jonas, o sentimento de responsabilidade em relação à existência do “outro”.

A motivação então é que diferencia o agir por agir. Este é um agir muito mais como conseqüência de uma oportunidade do que como uma ação pela finalidade. É mais operacional e portanto está relacionado com o “como fazer” e não com o “o que fazer”. Segundo Jonas, o oposto desse agir é o existencialismo no qual o objeto no mundo recebe seu significado por meios da escolha apaixonada de nosso interesse, e por isso o “eu” é o senhor das escolhas, pois goza de liberdade para a aproximação de seu objeto de paixão. Ressalta ainda que o maior interesse de “sua” Ética, é a negação do direito intrínseco às coisas que tivessem em si mesmas, a fonte desse direito.

Para Jonas, o que importa são as pessoas e coisas e não a vontade humana, porque na medida em que um “eu” se dedica a “algo”, este torna-se vontade para o “eu” e que para que esse “eu” dedique-se a realização de alguma coisa, essa deve ser não-imoral. A lei, as obrigações, não devem ser a causa nem o objeto de respeito e sim o SER, que deve ser reconhecido em sua plenitude, desde que não tenha sido corrompida pelo egoísmo. Essa lei pode impor respeito e tentar influenciar os sentimentos humanos na direção da lei moral, que satisfaça a reivindicação do “outro” existente. Tudo isso não é o suficiente para que exista uma

ação em favor do próximo, pois somente o sentimento de responsabilidade, que prende um sujeito à um objeto, pode fazer com que aquele haja em favor desse. Este sentimento produz a disposição em apoiar a reivindicação da existência do “outro” por meios de ações concretas. A responsabilidade se refere a atos realizados e que a responsabilização efetiva do autor é feita desde o exterior. Quanto menos se age, menor é a nossa responsabilidade (JONAS, 2002).

A Responsabilidade então para Jonas é a imposição inteiramente formal de todo agir causal entre seres humanos, dos quais se pode exigir uma prestação de contas, é a precondição da moral, não a própria moral. O sentimento que caracteriza a responsabilidade é de fato moral, mas em sua formalidade pura não é capaz de fornecer o princípio efetivo para a teoria da ética, da inspiração desses fins, do efeito do bem sobre o sentimento pode brotar a disposição de assumir responsabilidades. Jonas complementa a noção de responsabilidade como sendo a determinação do que se tem a fazer. Uma noção em virtude da qual um “eu” se sente responsável, pelo objeto que reivindica seu agir. A causa do seu agir é externa, porém dentro do seu campo de ação (JONAS, 2002).

Com isso, o autor nos leva a um segundo estágio da responsabilidade que é a dinâmica da ação responsável:

ao meu poder, o objeto contrapõe seu direito de existir como é ou como deveria ser, e com a vontade moral, se submete ao meu poder. O objeto se torna meu, pois o poder é meu e tem um nexos causal como esse objeto. Em seu direito intrínseco, aquele que é dependente dá ordens, e o poderoso se torna sujeito à sua obrigação, dado seu poder causal. O poder se torna objetivamente responsável por aquele que lhe foi confiado e afetivamente engajado graças ao sentimento de responsabilidade: no sentimento, aquele que obriga encontra em seu nexos com sua vontade subjetiva. Mas a tomada de partido tem sua origem no reconhecimento do bem intrínseco do objeto, tal como ele influencia a sensibilidade e envergonha o egoísmo cru do poder. A reivindicação de existência do objeto e a consciência do poder unem-se ao sentimento de responsabilidade do “eu ativo” (JONAS, 2002, p.167).

O arquétipo da responsabilidade é aquele do homem pelo homem (JONAS, 2002), porém a responsabilidade também tem a ver com a condição do sujeito. Existe uma relação de afeto entre o sujeito e o objeto, pois é quase impossível assumir responsabilidade por algo que não desperte sentimentos, que não se ame, é mais fácil dedicar-se a algo que se ame do que algo que deve fazer por imposição (JONAS, 2002). Assumir a responsabilidade é sempre um ato seletivo e sua escolha

se dá de acordo com o que é mais comum aos indivíduos, com o que eles têm maior vivência, mais familiaridade.

Tudo isso relaciona-se com a educação/formação humana, que tem em seu objetivo maior a formação da autonomia do indivíduo, que abrange essencialmente a capacidade de responsabilizar-se. O objeto de responsabilidades se torna o sujeito delas. A responsabilidade é uma função do poder e do saber, então ela existe em indivíduos conscientes e parte da questão do dever e do ser. Realiza suas ações não como resultado de desejo ou necessidade condicionadas à uma vontade realizadora.

A finalidade de uma ação reivindica sua realização e sempre busca a sua própria satisfação porque é uma com a vida e adquire obrigatoriedade devido à liberdade lúcida do homem, que diz respeito às escolhas que este faz de modo racional, maduro, não levando em conta somente os benefícios de suas escolhas, mas também a amargura das escolhas mais certas de acordo com a responsabilidade, independentemente de essa decisão trazer prazer ou não.

A responsabilidade é possuída pela alteridade nos/dos indivíduos sem sentimento de apropriação e então os tornam disponíveis para dedicarem-se à algo de modo livre.

A conseqüência do processo de socialização primária e secundária que enfatiza os hábitos relacionados com a responsabilidade, cria indivíduos conscientes, que enxergam necessidades. Responsabilidade relaciona-se então com percepção e essa com necessidade.

Essa característica encontrada nos indivíduos, não pode ser separada do conhecimento, da saúde e dos valores desses indivíduos. A percepção da necessidade de investimento em educação e em saúde são áreas de investimento importantes. A partir dessa percepção eles desenvolvem seu Capital Humano.

2.3 O CAPITAL HUMANO

Segundo Saul (2004), a Teoria do Capital Humano é resultado de um projeto de pesquisa pois não possível associar a esse conceito uma única teoria e sua base estaria associada à idéia de um indivíduo investir em si de várias formas, não

somente buscando desfrutar do presente mas também dos rendimentos futuros, sejam esses financeiros ou não.

De acordo com Saul (2004), foi Theodore Schultz que anunciou tal teoria na *Journal of Political Economy*, revista americana que tratava do investimento em seres humanos.

Já Mincer (1958), descreveu o capital Humano em termos econométricos, onde buscava a relação entre o desenvolvimento na formação profissional de um indivíduo e sua renda. Nessa análise ele percebeu que a decisão de investir em na formação profissional era individual e racional. Além disso, Mincer ainda notou que as diferenças entre as funções se davam a partir das diferenças de treinamento individual e que sempre vinham à tona quando o capital humano relacionava-se com a experiência profissional. Em sua conclusão, Mincer diz que a diferença de rendimento estaria ligada ao volume de investimento em capital humano individual.

Embora o conceito do termo “Capital Humano” ainda seja bastante amplo e em busca de um lugar no que concerne à sua aplicação e efetividade nas organizações, algumas delas desenvolveram um modo próprio de avaliação e mensuração deste capital. Ponchirolli (2005) alerta para a questão da promoção desse conceito ou as organizações entrarão em colapso com a sua chegada.

Sabe-se que as organizações valorizam o Capital Humano. Segundo Ponchirolli (2005), as organizações precisam reconhecer que os indivíduos não são apenas “pessoas movimentando passivo, são ativos que podem ser valorizados e desenvolvidos como qualquer outro ativo de uma organização”, porque “com certeza, são os mais importantes de todos os ativos” (PONCHIROLLI, 2005, p.118).

De acordo com Ponchirolli (2005), o valor das ações de uma empresa pode cair devido a um Capital Humano mal administrado. Para o autor, a crescente demanda de Capital Humano e sua escassez, levará as organizações a investir Capital Financeiro para a obtenção de Capital Humano pois “não são como recursos perecíveis a serem consumidos, mas como um bem de valor a ser desenvolvimento, um elemento estratégico” (PONCHIROLLI, 2005, p.122). Afirma o autor que, sendo o Capital Humano usado como estratégia, alguns problemas que seriam considerados intransponíveis podem ser superados e da mesma forma, adquire competências necessárias para a sobrevivência organizacional.

Caso haja investimento de Capital Financeiro na obtenção de Capital Humano, com um processo de facilitação adequado, os indivíduos buscarão autodesenvolvimento, e conseqüentemente, a organização consegue manter seus colaboradores mais talentosos. Segundo Ponchirolli (2005), os indivíduos que buscam educação e treinamento desenvolvem o raciocínio das pessoas, pois os indivíduos passam a ter consciência dos problemas e da possibilidade do problema acontecer outra vez; também desenvolvem a sensibilidade às mudanças e a consciência da empresa, pois esses indivíduos são recompensados de maneira justa de acordo com seu trabalho.

Para Becker (2008), Capital não está somente relacionado com o acúmulo de dinheiro. Segundo ele, escolaridade, cuidado médico, a possibilidade que os indivíduos têm de frequentar palestras, treinamentos para o desenvolvimento de habilidades específicas, como operação de computadores, são também formas de Capital porque trazem benefícios como: aumento de salário, saúde, desenvolvimento de bons hábitos nas pessoas etc.

Essas características são chamadas de Capital Humano porque não podem ser separadas do conhecimento, da saúde e dos valores desses indivíduos do mesmo modo que os bens financeiros e físicos podem. Para Becker (2008), a educação, o treinamento de áreas específicas e a saúde são as áreas de investimento mais importantes dos indivíduos.

Segundo Becker (2008), muitos estudos mostram que indivíduos melhores educados, com boa saúde e treinamento para o desenvolvimento de habilidades específicas têm melhores salários além de sua rede de relacionamento ser maior e mais consistente. Eles ainda têm o quociente de inteligência maior. De acordo com Becker (2008), até a década de 60, a diferença de salário era de 45% entre os indivíduos que possuíam um diploma universitário e os que possuíam somente a graduação secundária e nos anos 90, especificamente em 1997, a diferença chegava a 75%.

Contudo, os indivíduos não são treinados somente nas escolas, isto é, não são construídos somente a partir da educação formal escolar. Eles são também treinados em seus empregos nas organizações. Segundo Becker (2008), o treinamento recebido nas organizações é tão ou mais valioso quanto o adquirido nas escolas porque os graduados não saem completamente preparados para o mercado

de trabalho. Eles devem se encaixar em suas posições e por isso, necessitam de mais treinamento.

Para Becker (2008), treinamento deve ser entendido como o tempo que um indivíduo gasta para aprender as atividades desenvolvidas em uma dada função; se relaciona também com o volume de informação relevante disponibilizado ao *trainee* porque essa faz com que ele desenvolva prática na função desempenhada e essa, faz com que surjam grandes oportunidades de aumento de salário.

A relação familiar tem bastante proximidade, de acordo com Becker (2008), com o ganho financeiro, educação e profissão dos indivíduos. Ela é um ponto fundamental, que não se pode ignorar, quando se discute a questão do Capital Humano, devido à grande influência que a família exerce sobre os indivíduos. Becker afirma que as áreas influenciadas pela família, através de provisão de acesso, são: conhecimento, saúde, habilidades específicas tais como esportes, valores pessoais e bons hábitos.

Conforme o que foi visto até aqui, os indivíduos são construídos sócio-historicamente. Os outros significativos são os maiores responsáveis pela construção primária. Com ela a construção das ações habituais. Caso haja a construção de uma virtude específica, essa passa a ser incorporada às ações habituais dos indivíduos, como por exemplo, a responsabilidade. Indivíduos responsáveis e conscientes percebem a necessidade de investimento em seu capital humano e como consequência de seu treinamento pessoal, profissional e formal estão mais aptos para construir o Capital Social.

2.4 O CAPITAL SOCIAL

Foi no início dos anos 80 que Bourdieu (1980), desenvolveu o conceito contemporâneo de Capital Social. Na década de 1990, dentre os estudiosos do conceito de Capital Social e seus efeitos na Sociedade, destacam-se internacionalmente: Coleman, Putnam, Fukuyama e no Brasil, Franco na década de 2000. O Capital Social, de maneira simples, é definido como o conjunto de normas, virtudes e relações de redes sociais que permitem com que os indivíduos ajam coletivamente. Esse assunto atraiu bastante atenção dos estudantes das Ciências Sociais nas últimas décadas. Tais autores atribuem à evolução do Capital Social, a

pesquisa que se relaciona ao desenvolvimento econômico local e identificam quatro características distintas de pesquisas: as que se relacionam aos aspectos comunitários, aos institucionais, aos de sinergia e aos de redes de relacionamentos sociais. Alguns estudos mostram que, das quatro vertentes, o viés da sinergia – que enfatiza a incorporação de níveis e dimensões diferentes do Capital Social – pode reconhecer os resultados gerados positiva e negativamente e apresentar maior suporte empírico. Também demonstrou, segundo eles, ser o ponto de vista que melhor gera compreensão e coerência em relação à criação de políticas internas numa comunidade ou organização. Tais autores argumentam que a virtude da idéia e do discurso do Capital Social é que ele ajuda a construir pontes de relacionamento entre os Intelectuais ortodoxos, práticos e legisladores.

Segundo Bourdieu (1980) o Capital Social é a única forma de descrever o princípio dos efeitos sociais que deixa claro o nível de agentes individuais. Esses efeitos reconhecidos através da ação voluntária das relações são mais perceptíveis nos casos em que diferentes indivíduos obtêm volumes diferentes de capital econômico ou cultural que possam mobilizar.

O Capital Social é definido então como a soma de recursos que estão ligados a uma rede de relações duráveis mais ou menos institucionalizadas onde o reconhecimento mútuo e o compromisso geram um sentimento de pertencer a um grupo, no qual os indivíduos não estão ligados apenas por propriedades utilizáveis, mas também por ligações que se não reduzem à relações objetivas dentro de um espaço geográfico, econômico ou social, pois têm seus fundamentos nas trocas simbólicas.

A participação dos indivíduos no grupo gera a base da solidariedade que pode ser revertida em benefícios diretos ou indiretos para o indivíduo e/ou para o grupo mediante a possibilidade de compartilhamento de recursos pertencentes aos indivíduos que fazem parte do grupo.

A qualidade e quantidade de Capital Social vai depender dos recursos disponíveis, da extensão e do tipo de grupo a que se pertence. Desse modo, o Capital Social não pode ser completamente independente do fato de que as trocas sociais dependem de uma homogeneidade objetiva minimamente reconhecida e inter-reconhecida para que se exerça o efeito multiplicativo que lhe é próprio.

James Coleman introduz ao conceito de Capital Social, a questão da efetividade das normas e das sanções sociais (COLEMAN, 1990, 2000). Segundo o autor, as normas podem aquelas que dizem respeito ao modo de fazer, ser ou pensar, que são socialmente definidas e sancionadas com a expectativa de restituição e também aquelas impostas para reprimir as ações individuais que vão contra o interesse do coletivo, pois essas normas têm potencial de mobilização da coletividade. O respeito às normas trazem estabilidade aos relacionamentos. Segundo Coleman, as normas de reciprocidade que estão presentes nos processos de socialização podem assegurar a confiança nos relacionamentos e que a capacidade de associação está relacionada com a confiança e com o grau de que as comunidades têm de compartilhar valores. Com isso, o autor sustenta que a associação dos indivíduos gera uma porção distinta e considerável de Capital Humano.

Coleman ainda acrescenta ao Capital Social a possibilidade de ser usado pelas não-elites, pois produto do Capital Social beneficia indivíduos concretos. Para ele, o Capital Social encontra-se na estrutura das relações entre as pessoas de uma dada comunidade e não nos indivíduos e nem nos sistemas de produção. Afirma ainda que o Capital Social possa ser usado em organizações para a resolução de problemas sociais específicos (COLEMAN, 1990).

Putnam procurou descrever o Capital Social de sob a ótica histórico-cívica na Itália na década de 1970. O autor observou em seu trabalho que as instituições sociais são mais ou menos eficazes de acordo com o engajamento cívico dos indivíduos de um determinado grupo social. Para Putnam, o envolvimento dos indivíduos com a questão pública, cria uma relação de confiança nas instituições democráticas e nas práticas sociais (PUTNAM, 1993).

Para Putnam, a ordem da democracia depende do envolvimento direto dos indivíduos e que as ações impostas de cima para baixo, são prejudiciais à produção de Capital Social e que esses mecanismos geram mais custos e são muito mais penosos aos indivíduos que os mecanismos produzidos espontaneamente cujas origens se encontram nos interesses individuais e/ou coletivos, pois quando o poder central age diretamente nas instituições, deixa um campo de ação para o surgimento de ações espontâneas, bastante pequeno e o produto resultante pode ser negativo no que concerne à formação espontânea de movimentos sociais.

Segundo Putnam, nas sociedades cujas normas internalizadas pelos cidadãos estimulam a cooperação e inibem as ações oportunistas, as chances de participação em eventos sociais e as livre-associações aumentam consideravelmente. Com essa internalização, as possibilidades de previsão do comportamento social, aumentam, assim como a reciprocidade e a tolerância – que se tornam indutores muito mais eficazes no que concerne a participação em ações sociais.

A conclusão de Putnam é de que o volume de desenvolvimento econômico, político e cultural está diretamente ligado à virtude cívica e que, o surgimento desse capital relaciona-se com sua utilização: se não for usado, se esgota e se for utilizado, o Capital Social se multiplica cumulativamente (PUTNAM, 1993).

Para Franco (2001), antes que se entenda o que é o Capital Social, necessita-se primeiramente da compreensão do que é o Capital Humano. Segundo Franco o Capital Humano se refere ao conhecimento que um indivíduo possui e à sua capacidade de criação e recriação. Esse conhecimento inclui a sua relação com a saúde, a alimentação, educação, a cultura e a pesquisa empreendedora. Para Franco essas características fazem parte da Imaginação Criadora que se revela como desejo no sentido de força para a realização de sonhos.

Para Franco, a variável do desenvolvimento tem sua origem nas relações sociais e sua presença facilita a prosperidade econômica e a boa governança. Por ter características de Capital e ter suas origens no Social, torna-se então o Capital Social. Segundo Franco, as sociedades e organizações que o possuem, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance, tornam-se mais eficientes e têm os custos de transação e a necessidade de coerção na resolução de conflitos reduzidos.

Franco entende que quanto maior for a presença do Capital Social numa sociedade ou organização, o efeito deste será mais rápido, intenso e durador.

Segundo Franco, o Capital Social caracteriza-se por ser uma variável do desenvolvimento e ter em sua natureza algo que pode ser produzido, acumulado e reproduzido socialmente em função do tipo de relações sociais estabelecidas ou em função da configuração do conjunto dessas relações.

O Capital Social para Franco (2001) refere-se à capacidade que os indivíduos de uma sociedade ou organização têm de subordinar seus interesses e trabalhar

juntos, tendo em vista os objetivos comuns do grupo, através de associações, compartilhando-se valores e normas para formar grupos e organizações estáveis e assim constituir e compartilhar a gestão. Essa capacidade a que se refere o termo “Capital Social” seria então, a capacidade de viver em comunidade, de interagir socialmente de modo que se crie e se mantenha realidades onde se manifeste um *ethos* de comunidade. Esse *ethos* pode ser entendido como a ajuda e o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação.

O que confere aos indivíduos essa capacidade de viver em comunidade segundo Franco (2001, p.57), decorre de um padrão organizado socialmente, que deveria estar presente em todos os subconjuntos da sociedade para que o fenômeno ocorra numa dimensão social e não apenas individual ou interpessoal. Esse padrão seria o responsável pela formação de redes, na quais se estabelecem laços horizontais de interdependência entre seus membros. Franco então afirma que as sociedades ou organizações, deveriam ser redefinidas como conjuntos de elementos ligados por interdependência, ou seja, de indivíduos conectados com outros indivíduos, a partir de um padrão de rede que geram normas e instituições capazes de consolidar e reproduzir as virtudes atribuídas ao Capital Social. Esse, portanto, relaciona-se às virtudes sociais manifestadas através da coletividade humana.

O Capital Social é constituído, fundamentalmente, pela capacidade que o ser humano tem de colaborar ou de cooperar com outros seres humanos. Para Franco (2001) então, o Capital Social se refere à capacidade de constituir comunidades. Quanto maior for o número de comunidades existentes numa sociedade ou organização, mais o Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido. Comunidades, para Franco, podem ser definidas como unidades sociais onde existam valores compartilhados, sentido de identidade e pertencimento, cultura e atividades econômicas e políticas comuns, coordenação de atividades voltadas para propósitos coletivos e certo grau de autogoverno.

Para Fukuyama (1996), a confiança é a base para o Capital Social. Para ele, a comunidade depende da confiança e de suas regras éticas internas para que se desenvolva e emerja culturalmente, em graus maiores ou menores, dependendo do grupo local, o Capital Social. Ele define a confiança desse modo: “a confiança é a

expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Essas normas podem ser sobre questões de ‘valor’ profundo, como a natureza de Deus ou da justiça, mas também compreendem normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento” (FUKUYAMA, 1996, p.41). Como resultado das relações de confiança, surge o Capital Social.

Segundo Fukuyama, o Capital Social é:

a capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes da sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. O Capital Social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como a religião, tradição ou hábito histórico (FUKUYAMA, 1996, p.41).

Para o autor, as organizações mais eficientes têm suas bases em comunidades de valores éticos que são compartilhados, pois seus contratos não são salvaguardados legalmente porque existe um consenso moral que dá aos membros dessa organização uma base prévia para a confiança mútua e como o desenvolvimento do Capital Social “requer hábito às normas morais de uma comunidade e, no seu contexto, a aquisição de virtudes” porque o Capital Social “não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria. Ele é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais” (FUKUYAMA, 1996, p.42). Para Fukuyama as consequências do Capital Social numa dada sociedade são importantes porque torna as relações menos penosas e isso faz com que a essa sociedade terá mais condições para a inovação.

Numa sociedade onde a confiança não existe, só haverá cooperação dentro de um sistema de regras e regulamentos, que têm de ser negociados, acordados, litigiados, e postos em vigor muitas vezes por meios coercivos. Este aparato legal serve de substituto da confiança e acarreta o que é economicamente denominado de “custos transacionais”, ou seja, numa sociedade de desconfiança generalizada, o funcionamento geral das instituições é mais custoso aos seus membros.

Quanto à sua distribuição, o Capital Social não é uniformemente distribuído, pois precisa encontrar um ambiente favorável para seu desenvolvimento. Em algumas sociedades, as famílias são a forma primária de associação e podem gerar uma forte propensão ao associativismo coletivo e à socialização espontânea.

Segundo Fukuyama, existem três caminhos para a sociabilização: a família e os laços de parentesco; sociedades voluntárias, tais como escolas e igrejas e ainda o Estado e a forma que a família e o Estado estão intimamente ligados devido aos valores culturais que são reproduzidos (FUKUYAMA, 1996).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a classificação apresentada por Vergara (1990), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto **aos fins**, a presente pesquisa abrangerá a seguinte característica:

- a) Descritiva: Descritiva porque visa descrever um determinado fenômeno que é a construção das relações humanas e a consequente formação do capital social. Os dados levantados e servirão de base para a análise de conteúdo para a compreensão da situação proposta num determinado grupo de indivíduos.
- b) Exploratória: Exploratória porque não se verificou a existência de estudos que abordassem o tema proposto sob o mesmo ponto de vista.

Quanto **aos meios**, a presente pesquisa abrangerá as seguintes características:

- a) Pesquisa Bibliográfica: Bibliográfica porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho realizará levantamento de produção técnica e científica sobre a investigação dos seguintes temas: responsabilidade individual, capital humano e capital social.
- b) Pesquisa de Campo: Porque dependerá de dados recolhidos em realizadas em grupos de indivíduos, dentro das mesmas temáticas abordadas na Pesquisa Bibliográfica.

3.1 PROCESSO E COLETA DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Nesse trabalho, a coleta de dados do projeto será baseada na realização de entrevistas semiestruturadas.

Inicia-se com o objetivo de pesquisa exploratória porque busca maior aproximação com o objeto de estudo. A aproximação com a realidade necessita de esclarecimentos iniciais para delimitação do objeto de estudo: a relação entre a responsabilidade individual, o capital humano e o capital social. Para tanto, os

procedimentos técnicos que mais se adéquam a este momento são: observação e leitura a partir das referências.

Quanto à análise dos dados obtidos na pesquisa se dará na forma de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo serve para a análise de mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática.

Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.

A análise a partir da perspectiva da análise de conteúdo está sempre procurando um texto atrás de outro texto, que não está aparente já na primeira leitura e que precisa de uma metodologia para ser desvendado.

Esse tipo de análise teve um longo percurso percorrido através de diversas fontes de dados: jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, romances, relatórios oficiais etc. Aos poucos, a análise de conteúdo passou a interessar pesquisadores da linguística, da etnologia, da história, da psiquiatria, da psicanálise, que somaram suas pesquisas aos trabalhos de pesquisadores de outras das ciências políticas e do jornalismo.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo é um método bastante empírico, que depende do tipo de fala e interpretação que se pretende. Não existe algo pronto em análise de conteúdo e sim algumas regras de base, que são, por vezes, bastante difíceis de serem transpostas. As técnicas de análise de conteúdo adequadas ao domínio e ao objetivo pretendidos têm de ser reinventada a cada momento, exceto se usada para usos simples e generalizados.

A análise de conteúdo usada como um conjunto de técnicas de análise de comunicação é marcada por várias formas e adaptabilidade. Esta análise pode ser de significados, de temas, ou de significantes.

3.1.1 Caracterização da Amostra

As observações foram feitas a partir da participação de 60 indivíduos que demonstram as características vistas nos capítulos acima descritos: a questão da

construção da responsabilidade individual, o investimento em capital humano e o surgimento das características do capital social.

O grupo entrevistado apresenta perfil sem homogeneidade de gênero, estratificação social, composição de renda ou formação profissional: cinco advogados, cinco dentistas, dois professores de educação física, três psicólogos, dois sociólogos, dez professores de Língua Inglesa, dois médicos, três pedagogos, dois turismólogos, três economistas, quatro administradores de empresas, dois assistentes sociais, três engenheiros da computação, dois engenheiros químicos, um guarda municipal, dois bioquímicos, três técnicos em eletrônica, seis bancários.

Por esta razão, a amostra configura-se como bastante heterogênea e diversificada, permitindo um amplo olhar sobre o assunto em questão. Contudo, o grupo apresenta como característica comum a predisposição à participação social e perfil condizente com a definição da responsabilidade individual na construção do capital humano e conseqüente construção do capital social.

Estes tomaram conhecimento do conteúdo da pesquisa e se voluntariaram a responder um questionário semiestruturado, conforme descrição abaixo.

3.1.2 Caracterização do Questionário Semiestruturado

O questionário foi disponibilizado em meio eletrônico, contendo nove questões semiestruturadas, subdividas dentro das temáticas abordadas nesta pesquisa:

- a) três questões abordando a construção da responsabilidade individual;
- b) três questões envolvendo a percepção da necessidade de construção do capital humano;
- c) três questões concernentes ao capital social

A ferramenta eletrônica utilizada permite que o entrevistado responda às questões-chave que verifiquem o objetivo de estudo e também possibilita que surjam dados não apreendidos e investigados na etapa anterior, além de disponibilizar ferramentas de totalização dos dados.

Outro procedimento que compõe a estratégia de coleta de dados é a análise narrativa de alguns sujeitos pesquisados, além de permitir a identificação dos conteúdos e o significado da comunicação das organizações nesse processo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS EM RELAÇÃO AO QUESTIONÁRIO E À FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- a) A origem de eu agir responsável é resultado de sua construção familiar.

TABELA 01 - ORIGEM DA AÇÃO RESPONSÁVEL

Origem da ação responsável						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	3	3	23	6	25	60
Porcentagem	5%	5%	38%	10%	42%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

A tabela acima mostra que a maioria dos participantes respondeu que seu agir responsável é uma construção familiar que encontra guarida nas afirmações de Berger e Luckmann no que diz respeito à questão do hábito discutido no capítulo referente à socialização primária. Essa socialização forma a primeira base da compreensão do outro e a apreensão do mundo como realidade social que faz sentido aos indivíduos. Os indivíduos então passam a ler o mundo que os cerca que também passa a ser o seu. O Eu e o Outro passam então a compartilhar e definir as situações, reciprocamente. Com essa reciprocidade, estabelece-se um vínculo de motivações que é mais um agente de identificação mútua. Como todos os indivíduos nascem em uma estrutura social objetiva na qual se encontram os Outros Significativos, esses são os responsáveis pela sua sociabilização. Os Outros Significativos definem e mediam o mundo que é apresentado aos indivíduos como realidade objetiva, pois escolhem os aspectos desse mundo de acordo com a sua localização na estrutura social.

Para Berger e Luckmann (1973) a aquisição da consciência do outro generalizado é a fase decisiva que marca a socialização, é neste momento que se torna um membro efetivo da sociedade, possui subjetivamente uma personalidade e um mundo.

- b) Você demonstra responsabilidade individual quando está consciente de necessidades emergentes/eminentes e se engaja no processo de resolução.

TABELA 02 - DEMOSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

Demonstração da Responsabilidade Individual						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	1	3	12	16	28	60
Porcentagem	1%	5%	19%	28%	47%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

De acordo com a fundamentação em Hans Jonas, para que haja responsabilidade é preciso existir um sujeito consciente que perceba um bem ou um valor que exista por si só. A execução torna-se de responsabilidade desse indivíduo consciente e torna-se, como conseguinte, um dever condicionado à uma vontade que o assuma e o realize em sua exigência. É apossada pela alteridade nos/dos indivíduos sem que haja nenhum sentimento de apropriação.

A tabela dois mostra que 47% dos participantes atribuíram intensidade máxima quando relacionaram o engajamento na resolução de problemas, de modo voluntário com a questão da responsabilidade individual.

- c) Para você, responsabilidade individual é fundamental na construção do capital humano.

TABELA 03 - RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E CAPITAL HUMANO

Responsabilidade Individual e Capital Humano						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	0	0	12	12	36	60
Porcentagem	0%	0%	19%	19%	62%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

De acordo com o que se observa na tabela acima, 62% dos entrevistados considera ser a responsabilidade individual – que relaciona-se com a percepção da necessidade de engajamento em um determinado problema – fundamental na construção do capital humano.

- d) Você percebe a necessidade de investimento em seu capital humano quando você percebe que seu conhecimento está obsoleto em sua área de atuação.

TABELA 04 - PERCEPÇÃO DE INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

Percepção de Investimento em Capital Humano						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	3	3	5	6	43	60
Porcentagem	5%	5%	9%	10%	71%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

Com relação à necessidade de investimento em capital humano, 71% do participantes afirmaram que investem em si mesmos quando percebem que precisam de novos conhecimentos, ou seja, percebem a necessidade de investimento e fazem algo de concreto para que essa necessidade seja suprida.

- e) O desenvolvimento do capital humano é válido somente para promoções profissionais.

TABELA 05 - O CAPITAL HUMANO E AS PROMOÇÕES PROFISSIONAIS

O Capital Humano e as Promoções Profissionais						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	40	16	1	2	1	60
Porcentagem	66%	28%	1%	4%	1%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

Embora Mincer (1958) tenha notado que as diferenças entre as funções se davam a partir das diferenças de treinamento individual e que sempre vinham à tona quando o capital humano relacionava-se com a experiência profissional, concluiu que a diferença de rendimento estaria ligada ao volume de investimento em capital humano individual, pois descreveu o capital Humano em termos econométricos. Nestes, buscava a relação entre o desenvolvimento na formação profissional de um indivíduo e sua renda.

Contrariando Mincer, a tabela acima mostra que 66% dos participantes não concordam que devem investir em seu capital humano visando crescimento profissional.

- f) Marque a relevância da relação entre a responsabilidade individual e o capital humano.

TABELA 06 - RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E CAPITAL HUMANO

Relação entre Responsabilidade Individual e Capital Humano						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	2	0	8	17	33	60
Porcentagem	4%	0%	14%	29%	53%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

De acordo com a tabela acima relacionada com a pergunta acima, 53% dos indivíduos que responderam à pesquisa, acham que a relação entre a responsabilidade individual e o investimento em capital humano é relevante. Pode-se inferir que indivíduos responsáveis investem em seu capital humano

- g) O capital social se desenvolve a partir da percepção das necessidades do coletivo em detrimento das necessidades individuais, a partir do agir responsável.

TABELA 07 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

O Desenvolvimento do Capital Social						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	0	6	16	25	13	60
Porcentagem	0%	10%	28%	40%	23%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

Segundo Bourdieu (1980) o Capital Social é a única forma de descrever o princípio dos efeitos sociais que deixa claro o nível de agentes individuais. Esses efeitos reconhecidos através de ações voluntárias.

Bourdieu define o Capital Social com sendo como a soma de recursos que estão ligados a uma rede de relações duráveis mais ou menos institucionalizadas onde o reconhecimento mútuo e o compromisso geram um sentimento de pertencer a um grupo dentro de um espaço geográfico, econômico ou social, pois têm seus fundamentos nas trocas simbólicas.

Essa participação dos indivíduos no grupo gera a solidariedade que pode ser revertida em benefícios diretos ou indiretos para o indivíduo e/ou para o grupo mediante a possibilidade de compartilhamento de recursos pertencentes aos indivíduos que fazem parte do grupo.

A qualidade e quantidade de Capital Social vai depender dos recursos disponíveis, da extensão e do tipo de grupo a que se pertence.

Embora a pergunta esteja relacionada com o modo que Bourdieu descreve o capital social, 40% dos entrevistados marcaram intensidade quatro na tabela sete.

- h) As características do capital social são mais facilmente evidentes em indivíduos que investem em seu capital humano a partir de seu agir responsável.

TABELA 08 - INFLUÊNCIA DO CAPITAL HUMANO NA CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Influência do Capital Humano na Construção do Capital Social						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	6	0	14	16	24	60
Porcentagem	10%	0%	24%	28%	38%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

De acordo com a tabela oito, os indivíduos conscientes investem mais em si mesmos e isso faz com que percebam também a necessidade do coletivo, pois somam recursos ligados a uma rede de relações duráveis. Assim, 38% dos participantes responderam que viram evidências de características do capital social nos indivíduos responsáveis.

- i) Marque a relevância da relação entre a responsabilidade individual, capital humano e capital social.

TABELA 09 - RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL, CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL

Relação entre Responsabilidade Individual, Capital Humano e Capital Social						Total
Intensidade	1	2	3	4	5	
Respostas	1	2	9	9	39	60
Porcentagem	1%	4%	15%	15%	65%	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

A tabela acima mostra que 65% dos participantes entenderam que indivíduos responsáveis investem em si mesmos e como consequência, desenvolvem um sentimento de pertencer a um grupo que mantém relações duráveis, sendo características do capital social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção social dos indivíduos depende de relações que estão interligadas de forma complexa. Essa interdependência constrói sócio-historicamente, indivíduos propensos a atuarem em uma determinada área profissional em detrimento de outra.

Essa construção sócio-histórica tem sua base no processo de formação do hábito dos indivíduos e este, constrói a institucionalização. Esses padrões de comportamento institucionalizados foram cristalizados como padrões previamente definidos que fizeram sentido aos indivíduos num dado momento de sua vida.

Como consequência da formação do hábito os indivíduos são construídos de acordo com os valores sócio-familiares na socialização primária e com os valores de uma determinada sociedade na socialização secundária. Caso os valores construídos em família estejam em consonância com os valores construídos socialmente, os indivíduos tenderão a reproduzi-los naturalmente, onde quer que se encontrem.

A percepção de problemas eminentes e a ação em favor de sua resolução também é um dos hábitos que é construído socialmente em família. Com a institucionalização e reprodução desse agir responsável, a responsabilidade se cristaliza no agir dos indivíduos.

Com a tal percepção desenvolvida, os indivíduos conseguem ver a necessidade de aquisição de conhecimento direcionado, específico para a resolução de uma determinada tarefa, quando eles percebem que seu estoque de conhecimento não é vasto o bastante para tal ação.

Tal percepção os leva a investir em seu capital humano, que os leva além. Com maior conhecimento de mundo, percebem que não estão sozinhos, que pertencem a um grupo. O coletivo passa a ter importância para tais indivíduos, que podem investir sua história em ações focadas no coletivo.

Diante de tudo isso, conclui-se que a institucionalização e a cristalização do hábito no processo de socialização primária, são as responsáveis pela construção de indivíduos conscientes e responsáveis, capazes de irem ao encontro de suas

necessidades e das necessidades eventuais do grupo no qual se insere, dando mais valor ao coletivo que ao individual.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Gary S. **Human capital**: the concise encyclopedia of economics. 2008. Library of Economics and Liberty. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n.31, Jan. 1980.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. Social Capital in the creation of human capital. In: LESSER, E. L. **Knowledge and social capital**: foundations and applications. Boston: Butterworth and Heinemann, 2000.

FRANCO, de Augusto. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política - Millennium, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

JONAS, Hans. **O Princípio responsabilidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

MINCER, Jacob. Investment in human capital and personal income distribution. **The Journal of Political Economy**, v.66, n.4, p.281-302, Aug. 1958. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1827422>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

PONCHIROLLI, Osmar. **Capital humano**: sua importância na gestão estratégica do conhecimento. Curitiba: Juruá, 2005.

PUTNAM, Robert D. The prosperous community. **The American Prospect**, v.4, n.13, March 21, 1993. Disponível em: <<http://www.prospect.org/print/v4/13/putnam-r.html>>. Acesso em: 02 out. 2008.

RIZO-PATRÓN, Rosemary. **Ciudadanía y responsabilidad ética**: una perspectiva fenomenológica. Investigaciones fenomenológicas sobre la constitución, México DF: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones filosóficas, 1997.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto Alegre, v.6, n.12, p.230-273, jul./dez. 2004.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, jan./fev., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2009.

_____. Responsabilidade moral e identidade empresarial. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.7, edição especial, 2003. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/rac_indice_vol_07_edesp.html>. Acesso em: 04 set. 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

WATERMAN, Alan. S. **Individualism and interdependence**. American Psychologist, 1981.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário visa à obtenção de dados para fundamentação da dissertação do curso de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento do Centro Universitário Franciscano do Paraná.

Marque a resposta que mais se relaciona com você, sendo o (1) a menor intensidade e o (5) a maior.

Para aqueles que não estão habituados aos termos usados neste trabalho, para a sua compreensão, segue um breve resumo do significado e relação dos mesmos usados aqui:

- **Responsabilidade Individual:** relaciona-se com os indivíduos que foram treinados para perceberem as necessidades emergentes e chamarem para si a resolução dos problemas a elas relacionados.
- **Capital Humano:** refere-se ao estudo sistemático e formal, investimento em cursos, que os indivíduos fazem, não importando o objetivo final.
- **Capital Social** refere-se às questões de cooperação dos indivíduos, associativismos visando a melhoria do coletivo.

a) A origem do seu agir responsável é resultado de sua construção familiar.

(1) (2) (3) (4) (5)

b) Você demonstra responsabilidade individual quando está consciente de necessidades emergentes/eminentes e se engaja no processo de resolução.

(1) (2) (3) (4) (5)

c) Para você, responsabilidade individual é fundamental na construção do capital humano.

(1) (2) (3) (4) (5)

- d) você percebe a necessidade de investimento em seu capital humano quando você percebe que seu conhecimento está obsoleto em sua área de atuação.
- (1) (2) (3) (4) (5)
- e) o desenvolvimento do capital humano é válido somente para promoções profissionais.
- (1) (2) (3) (4) (5)
- f) marque a relevância da relação entre a responsabilidade individual e o capital humano.
- (1) (2) (3) (4) (5)
- g) o capital social se desenvolve a partir da percepção das necessidades do coletivo em detrimento das necessidades individuais, a partir do agir responsável.
- (1) (2) (3) (4) (5)
- h) as características do capital social são mais facilmente evidentes em indivíduos que investem em seu capital humano a partir de seu agir responsável.
- (1) (2) (3) (4) (5)
- i) marque a relevância da relação entre a responsabilidade individual, capital humano e capital social.
- (1) (2) (3) (4) (5)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)